



ATA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

1 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. -----

CÂMARA -----

2 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS -----

3 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO. -----

REGULAMENTOS -----

4 - ALTERAÇÕES À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ANO DE 2022 - RETIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS - REPRISTINAÇÃO DE VALOR DE TAXA. -----

5 - TABELA DE TAXAS DE CREMAÇÃO - CREMATÓRIO MUNICIPAL DE MONCHIQUE – SERVICIOS. -----

6 - ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2022 – VOTO ANTECIPADO - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NAS DUAS PRIMEIRAS HORAS DE ESTACIONAMENTO NO PARQUE DA MUMADONA E IMPLEMENTAÇÃO DE ZONA DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO NA RUA CONDESTÁVEL

- NUNO ÁLVARES PEREIRA.** -----
ENTIDADES PARTICIPADAS-----
7 - CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2022 COM A CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES NOS TERMOS DOS ARTIGOS 47.º E 59.º, N.º 3 DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----
EDUCAÇÃO-----
8 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUIMARÃES PARA O QUADRIÉNIO 2021/2025.-----
CULTURA-----
9 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA (1º SEMESTRE DE 2022).-----
PATRIMÓNIO-----
10 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – 1.000 M² - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO.-----
11 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA ANTÓNIO LARANJEIRO DOS REIS (LUGAR DO TALHO OU VESSADAS, DA FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO.-----
FREGUESIAS-----
12 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS.-----
13 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO CONSIGO EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.-----
14 - FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO INTERVENÇÃO LOCAL PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA - 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.-----
15 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.-----
16 - FREGUESIA DE BRITO - CONTINUIDADE DO PROJETO MOVEBRITO - 13



DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023. -----

**17 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL
OFICINA DAS LETRAS - 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023. ----**

**18 - GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS
FREGUESIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO MUNICIPAL. --**

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

19 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO**.

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: **(PS)** - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, César Manuel de Castro Machado, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, David José Gonçalves Faria, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, Pedro Manuel da Silva Mendes e Márcio Rafael da Silva Ferreira; **(PSD)** – André Guimarães Coelho Lima, Ana Paula Cardoso Lemos Damião, Emídio Guerreiro, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, Tiago Vieira Laranjeiro, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Ana Sofia Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite e Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito,

Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; **(CDU)** - José Manuel Torcato Ribeiro, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e Catarina de Freitas Marques; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vitor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, António Gonçalves Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Mesão Frio) – PS, Diana Catarina Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos) – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS, Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS, António José da Silva Ribeiro – PSD, Nélson Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS, Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS,



João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

Ausências inferiores a trinta dias: Célia Maria Abreu Magalhães, Rui Armindo da Costa Freitas, Inês Alves Rodrigues, José Pereira da Silva, Sérgio Alberto Castro da Rocha e António Brás Mendes Pereira. -----

Faltaram os seguintes membros: Vasco Manuel Azevedo Marques. -----

A **Câmara Municipal** esteve representada pela Vice-Presidente, Adelina Paula Mendes Pinto e Vereadores Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Bruno Alberto Vieira Fernandes, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

– Do ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais remetendo, para conhecimento, parecer sobre o modo como os vereadores podem fazer-se substituir nas sessões da Assembleia Municipal; - Do ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo, para conhecimento, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022. -----

-----**PEDIDO DE RETIRADA DE PROPOSTA**-----

O Presidente da Mesa passou à leitura do seguinte ofício remetido pela Câmara Municipal: “Venho solicitar a V. Ex. a **retirada da agenda de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal da proposta relativa à Autorização de Abertura de Procedimento para Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo no montante de €19.000.000,00**, uma vez,

nesta fase, apenas foi deliberado pela Câmara Municipal dar início ao procedimento, através de consulta das entidades. Posteriormente, e após Relatório Final de análise das propostas apresentadas, será submetida à aprovação desse Órgão Deliberativo a proposta de adjudicação, bem como o respetivo plano dos investimentos, no âmbito do referido procedimento, nos termos do n.º 5, do art.º 49º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Certo da melhor compreensão para este assunto, apresento os meus melhores cumprimentos”. -----

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - DADOS DOS ELEITOS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. -----

O Presidente da Mesa informou o seguinte: Habitualmente, os serviços de protocolo da Câmara Municipal solicitam aos serviços da Assembleia Municipal a base de dados com os endereços eletrónicos dos seus membros, para efeitos exclusivamente protocolares (envio de convites). Considerando que todos os endereços eletrónicos fornecidos para o envio das convocatórias via Portal do Executivo, são pessoais, torna-se necessário salvaguardar os princípios inerentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, pelo que terá de ser obtida a devida autorização. Assim, para que este processo de autorização seja célere, solicita-se que, caso não autorizem a disponibilização dos referidos dados, o participem aos serviços administrativos da Assembleia, para o endereço assembleiamun@cm-guimaraes.pt, até ao dia vinte e oito de fevereiro. Não obtendo comunicação até à data indicada, considerar-se-á autorizada a cedência do referido endereço eletrónico. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar da CDU, começou por lembrar que o lítio é, atualmente, um produto muito solicitado a nível



mundial, uma vez que se está a tentar investir numa outra forma de energia, nomeadamente para automóveis elétricos, assumindo, por este facto, uma importância muito grande. Não colocando em causa a interesse da exploração desta matéria prima, disse que era relevante que as comunidades locais se pudessem manifestar, com algum vínculo, em relação àquilo que poderá ser a transformação do seu território e qual o impacto ambiental. Acrescentou que, embora sabendo que ainda se está numa fase de prospeção, estes contratos, à partida, garantem a exploração a quem os faz, não valendo a pena subestimar esta primeira fase do processo, porque esta vai permitir essa exploração. Prosseguiu, dizendo não acreditar estar em causa apenas 1% da área definida na prospeção para exploração de lítio, como foi referido pelo Ministro do Ambiente. Reiterou não estar contra a exploração de uma matéria prima que pode trazer riqueza ao país, apenas entende que esta processo não está a ter a transparência que deveria, quer com as comunidades que vão ser afetadas com esta prospeção, quer com as autarquias que são responsáveis por essas mesmas comunidades. Por último, disse que este processo não está devidamente clarificado e não tem a transparência que um tema desta natureza obriga. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Parlamentar da IL, começou por recordar que a Iniciativa Liberal apresentou-se às Eleições Legislativas com o simples propósito, colocar Portugal a crescer. Reiterou que este objetivo deveria ser uma prioridade política absoluta, porque se um país cresce, torna-se mais atrativo para quem investe, para quem não quer emigrar e para quem quer constituir família e um projeto de vida em Portugal. Acrescentou que as políticas socialistas, tal como aqui em Guimarães, geram dependência face ao Estado, criam um ciclo de subdesenvolvimento e nos condenam à estagnação, pelo que são

necessárias novas políticas de cariz liberal, que mostrem a todos os portugueses e, em particular, aos vimeanenses, que podem ser e fazer tudo aquilo que ambicionam. Acrescentou, também, que além do crescimento económico, é preciso crescer em ambição e em capacidade de aprender e empreender na afirmação da nossa autonomia e da nossa liberdade individual. Neste âmbito, manifestou o seu agradecimento a todos os vimeanenses pelo crescimento sustentado e significativo das votações no partido que representa, que em algumas freguesias chegou a obter o terceiro lugar como força partidária, e garantiu que Guimarães pode contar com os contributos firmes e construtivos da Iniciativa Liberal, pois apenas estão vinculados aos seus princípios, ao bem-estar dos vimeanenses e ao desenvolvimento do Município. Finalizou, felicitando todos os vimeanenses que foram eleitos para a Assembleia da República, André Coelho Lima, Elizabeth Matos e Luís Miguel Soares, dizendo esperar de todos, independentemente das suas cores partidárias, que representem com excelência o nosso território, que estejam atentos às reais necessidades das populações, numa verdadeira lógica de combate ao centralismo, adiantando que a primeira “prova de fogo” será, desde já, o programa de prospeção do lítio, que inclui território vimeanense. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos. -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar do PSD, usou da palavra para ver esclarecida a razão pela qual a Câmara Municipal transmitiu aos vimeanenses, num primeiro momento, de que nada sabia sobre o programa de prospeção de lítio, mostrando, inclusive, alguma surpresa e desconhecimento sobre a inclusão de território concelhio, quando, efetivamente, já existia trabalho sobre esta matéria e um parecer negativo emitido pelos serviços da Câmara Municipal sobre esta matéria. Concluiu,



deixando um registo negativo sobre esta atitude da Câmara Municipal e questionando qual o ponto de situação, relativamente ao território concelhio, de modo a tranquilizar a população.-----

Nuno Alexandre Vaz Batista de Vieira e Brito, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, faz a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Pretendíamos não falar da chegada do lítio e da sua prospeção a Guimarães, com a certeza de que muitos outros deputados o fariam e os problemas de Guimarães não se esgotam, infelizmente, nesta prospeção. Mas, pretendendo representar não só os habitantes de Serzedo e freguesias vizinhas, como há bem poucos anos nos preocupamos com o impacto da intenção da fixação da Ecoibéria (agora grupo Logoplaste) em Penselo, não podia o CDS publicamente manifestar as suas preocupações. O lítio é hoje uma das matérias-primas mais cobiçadas no mercado mundial. Não apenas carros elétricos, mas também *laptops* e telefones móveis precisam de baterias de íões de lítio. Consequentemente, a procura global por lítio dobrará até 2025, especialmente pela importância de descarbonizar a indústria automobilística. Estamos conscientes de que não podemos exigir uma economia mais verde, a descarbonização e fontes alternativas energéticas e, simultaneamente, não contribuir para esse esforço de sociedade e desígnio mundial de combate às alterações climáticas, nomeadamente pela redução dos combustíveis fósseis. Minhas Senhoras e Meus Senhores! Acredita-se que Portugal tenha as maiores reservas de lítio do continente europeu. Um estudo da Universidade do Minho, realizado a pedido de uma empresa mineira, a Savannah Resources, constatou que as 60 mil toneladas de reservas conhecidas de lítio de Portugal (0,4% das reservas mundiais) são “insuficientes para satisfazer a procura de derivados de lítio para a produção de baterias na Europa”. Outro estudo (Alexandre

Lima - Universidade do Porto) considera que os suprimentos de lítio de Portugal são muito mais importantes do que o estimado atualmente e defende que o potencial de lítio oferece uma oportunidade única para a mineração limpa e moderna que pode reduzir a dependência da Europa do lítio extraído de locais como Chile e China (os dois principais produtores do mundo depois da Austrália), onde esta indústria levou à degradação ambiental generalizada, esgotamento da água, contaminação por produtos químicos e conflitos com as comunidades locais. Ora, o lítio chegou a Guimarães. A região “Seixoso-Vieiros”, que inclui Guimarães, ocupa uma área de 144,2 Km². Segundo a Direção-Geral de Energia, os filões com potencial podem atingir algumas centenas de metros de comprimento e espessuras de 0,4 a 5 metros no caso de Vieiros, e 450 metros de extensão e 12 metros de espessura na área de Seixoso. Fomos ainda esclarecidos pela DGEG que “foram excluídas zonas de maior densidade urbana, funcional e demográfica”. A extração de lítio tem impactos ambientais e sociais significativos, especialmente devido à poluição, dessalinização e esgotamento da água. Por outro lado, são necessários produtos químicos, com alguma toxicidade, para processar o lítio. A libertação de tais produtos químicos através de lixiviação, derramamentos ou emissão de ar podem prejudicar comunidades, desertificação, impacto nos ecossistemas, perda de biodiversidade e a produção de alimentos. Preocupações de sustentabilidade têm influenciado a extração de lítio, nomeadamente, através de filtração de lítio de salmouras quentes sob rochas de granito. Reduz, mas não elimina, porque tal é impossível, o impacto sobre a natureza e as populações. Ora, acredito que as comunidades informadas são fundamentais para o sucesso de qualquer projeto e a transparência determinante para a sua adesão. Em Guimarães, nada sabemos e esta não é a melhor forma de respeitar as populações. Precisamos do lítio e



desconhecemos o valor económico que traz para o nosso concelho, mas, sobretudo, temos o direito de conhecer (e avaliar) ao preço (ambiental e social) a que nos corresponde pagar. Como tal, o CDS considera fundamental para uma decisão esclarecedora conhecer: 1. Qual o impacto ambiental, seja da prospeção seja da mineração, para Serzedo e freguesias vizinhas, nomeadamente relativamente a questões de abastecimento de água e equilíbrio da paisagem? 2. Qual o retorno para as comunidades locais pela presença de lítio nos seus espaços, permitindo que os recursos locais sejam, também, um valor do património das populações locais; 3. Como se pretende fazer uma fiscalização próxima das diferentes atividades de mineração, tendo em vista a redução do impacto para o ambiente e saúde pública? 4. Como ter mais comunicação e transparência em assuntos que ponham em causa a nossa comunidade, nomeadamente em questões ambientais e económicas? 5. E, por falar em questões ambientais e económicas, como está o processo da Ecoibéria?” -----

André Filipe de Castro e Sousa Casalta, do Grupo Parlamentar do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Analisando os resultados provisórios dos últimos censos, conseguimos perceber que Guimarães se encontra a perder população. Entre 2011 e 2021, perdemos cerca de 1200 habitantes. Este número à primeira vista parece residual para uma população total de 157 mil habitantes, contudo, analisando por faixas etárias, é possível perceber que Guimarães viu a sua percentagem de jovens até aos 14 anos diminuir em 20% (o correspondente a 5100 jovens), a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) em 5% (cerca de 5900 habitantes), e o seu número de idosos (com 65 ou mais anos de idade) aumentou em 45% (cerca de 9800 idosos). Como resultado o índice de envelhecimento passou de 87 para 160 idosos por cada 100 jovens,

ou seja, este índice praticamente duplicou, tendo perdido cerca de 11 mil habitantes entre jovens e população ativa. Infelizmente este cenário tráfico é global, mas importa tomar consciência desta realidade para vencer este inverno demográfico. É necessária uma estratégia clara e objetiva para colocar Guimarães novamente a crescer, criando condições para atrair e fixar população em idade ativa. É necessário criar condições para que os jovens casais possam fixar-se em Guimarães e queiram aqui constituir família, promovendo a natalidade no concelho. Nesse sentido as políticas de habitação serão um verdadeiro desafio nos próximos tempos. Por um lado, é necessário criar condições para que os que mais precisam do apoio público possam ter acesso a uma habitação digna e para que os Bairros Sociais mais antigos possam ser requalificados. Por outro é necessário contrariar a bolha imobiliária existente, criando uma resposta concreta de apoio aos jovens e à classe média para que possam ter acesso a habitação de qualidade, evitando assim que muitos dos nossos concidadãos, por falta de soluções sustentáveis de habitação no nosso Concelho, acabem por procurar soluções de habitação em Municípios vizinhos. Em maio de 2021 o Município de Guimarães celebrou um Acordo de Colaboração no âmbito do programa 1º Direito com o IHRU para a Estratégia Local de Habitação que visa promover soluções habitacionais dando resposta à população mais carenciada. À data da assinatura desse protocolo anunciou-se ainda que estaria a ser elaborado um regulamento para atribuição de benefícios fiscais para quem aposte num modelo de construção a custos controlados, com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência e com o objetivo final de promover o arrendamento acessível. Pergunta-se: Qual o ponto de situação deste acordo no âmbito do 1º Direito com o IHRU? Qual o ponto de situação deste regulamento para acesso a benefícios fiscais para construção a custos controlados? Como complemento a estes apoios, o Município de Guimarães



tem vindo a delinear Áreas de Reabilitação Urbanas (15 no total), através das quais passa a haver acesso a alguns benefícios fiscais em obras de reabilitação realizadas dentro dessas áreas. Convém aqui esclarecer que a criação da ARU em si não é instrumento único e finito. O Município pode optar por, em cada ARU, aprovar um Plano Pormenor de Reabilitação Urbana e deliberar sobre uma Operação de Reabilitação Urbana que permite abrir portas a fundos europeus para realização de obras infraestruturais. Até à data o Município de Guimarães apenas deliberou sobre 4 ORU's: Ponte, Taipas, Pevidém e Cidade. Pergunta-se: Por que é que o Município não tem adotado essa estratégia nas restantes ARU's aprovadas, sendo que estas caducam ao fim de 3 anos caso não seja aprovada a ORU correspondente? A problemática da habitação é notória e a solução só pode passar pelo seguinte: - aumento da oferta global de habitação - aumento da oferta habitacional para arrendamento - ampliação e requalificação da oferta de Habitação Social - e aumento da oferta de Habitação para Jovens. Este não é um problema que se resolva da noite para o dia, é necessária uma profunda transformação do parque habitacional vimeirense e as medidas que tomarem hoje não surtirão efeito imediato. Por esse motivo o Município tem de ser célere na definição da estratégia territorial, na criação de regulamentos para atribuição de benefícios fiscais e tem de apostar em todos os mecanismos disponíveis para solucionar esta problemática".-----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Parlamentar do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: "Tiveram lugar no passado dia 30 de janeiro de 2022 as eleições legislativas para a Assembleia da República, eleições estas, que apesar da repetida narrativa da bolha mediática, ditaram um reforço significativo da votação no Partido Socialista. Antes de mais, importa aqui felicitar todos aqueles que fizeram,

direta ou indiretamente, parte deste ato democrático, em tempos extremamente difíceis para o país. A todos eles, candidatos e membros das assembleias de voto, não esquecendo todos os funcionários público incluídos no processo e, por último, mas não menos importante, aos portugueses, que em condições difíceis e desafiantes disseram presente e compareceram em maior número do que em atos anteriores, a todos eles, repito, o nosso muito obrigado. A política e a democracia só fazem sentido se forem feitas pelo povo e para o povo. Assim foi, e que assim saibamos cativar os portugueses para que continue a ser. Passado o ato, importa aqui sublinhar algumas reflexões que todos, e mesmo todos, devemos fazer, e que emanam dos resultados que deste ato eleitoral saíram. Na realidade, já pouco importa aferir das razões que levaram à precipitação deste ato eleitoral, depois de 6 anos de governos de esquerda com excelentes resultados ao nível social e económico, em que resgatamos, o PS e os seus parceiros, o país das políticas de austeridade e provamos ao país, à Europa e ao mundo que era possível ultrapassar crises com consciência social e sem penalizar os mais desfavorecidos, que era possível ter crescimento económico aumentando os rendimentos das famílias, que era possível aumentar os rendimentos dos trabalhadores, diminuindo o desemprego e elevando o emprego a números nunca antes vistos, que era possível aumentar o salário mínimo pressionando, como alguns estudos agora vêm comprovar, o aumento do salário médio, que era possível fazer tudo isto e aumentar extraordinariamente as pensões mais baixas, mas também que era possível tudo isto e, ao mesmo tempo ter contas certas e, passemos-nos, apresentar o primeiro *superavit* da história da democracia portuguesa. Aliás, no que ao registo económico do governo do Partido Socialista diz respeito, tivemos já após o ato eleitoral a confirmação de que o caminho escolhido é o caminho certo, com a maior redução de sempre da dívida pública em



percentagem do PIB, a redução da Taxa de Desemprego para 5.9%, a mais baixa Taxa de Desemprego em quase 20 anos, ou ainda com o crescimento da economia portuguesa em 4.9% em 2021, acima de todas as previsões e acelerando a recuperação da economia do país depois do difícil ano de 2020. Tudo isto, caros deputados, ao mesmo tempo que reforçámos os serviços públicos, com particular enfoque no Serviço Nacional de Saúde e na Segurança Social. Foi este o legado que foi a votos, e foi este o caminho que os portugueses quiseram continuar, com aqueles que agora se propunham a continuar este caminho, ou seja, com o Partido Socialista. Dito isto, caros deputados, importa sublinhar que os portugueses escolheram validar amplamente não só o programa com que o Partido Socialista se apresentou a votos, mas também a estabilidade que este lhes conferia. Se a estabilidade não é um fim em si mesma, e não o é, a instabilidade, como estas eleições comprovaram, foi altamente rejeitada pelo povo. Mas, caros deputados, não foi só a instabilidade que foi rejeitada pelo povo. Este resultado é também fruto de uma rejeição clara da proposta de retrocesso civilizacional a que alguns partidos do nosso espectro político não souberam, ou não quiseram, resistir. Que sirva de lição democrática a todos os partidos democráticos, que a esmagadora maioria do povo rejeita liminarmente alianças mais ou menos claras, mais ou menos declaradas ou mais ou menos escondidas com os Açores de fora. Por nossa vontade e, é agora claro, pela vontade do povo, este país não vai voltar para trás. Não passarão! Dito isto, caros deputados, não podemos negligenciar a dimensão que alguns destes fenómenos antidemocráticos, populistas, xenófobos e racistas tomaram neste ato eleitoral. Não sou eu que tenho a receita milagrosa para este complexo problema, mas tenho em mim todas as vontades do mundo para o combater, e sinto nas minhas costas, e sei que nas costas de todos nós,

democratas escolhidos pelo povo para o representar, o peso incalculável da responsabilidade de o combater, mas de o combater nas ideias e na ação, dando respostas aos anseios daqueles que a escolheram, transformando as políticas públicas em políticas cada vez mais inclusivas e geradoras de uma sociedade com mais oportunidades para cada vez mais cidadãos, com um estado social que não deixe ninguém para trás e que seja capaz de suprir as falhas que ao longo dos anos fomos acumulando na construção da sociedade. Bem podem continuar as hordas de comentadores em barda por esses prime-times televisivos a fora a levar a cabo o seu processo de branqueamento em curso, a tentar normalizar aquilo que não pode ser normalizado, a dizer que temos de integrar o que não pode ser integrado ou a dizer que temos de respeitar ideias que, pelo crime capital de falta de humanidade, não podem ser respeitadas. Da nossa parte, é claro e inequívoco, não passarão. É uma questão de princípio, e no Partido Socialista honramos os nossos princípios. Mas, caros deputados, há outras ilações a retirar destas eleições. O crescimento de partidos que defendem o individualismo e o darwinismo social enquanto estratégia de desconstrução da sociedade deve também alertar todos aqueles que defendem um modelo de sociedade assente na liberdade, sim, mas também na igualdade e na fraternidade, na partilha de um chão comum com todos os cidadãos, não esquecendo que a meritocracia é uma utopia mística numa sociedade que não é capaz de providenciar a todos oportunidades iguais, e, mesmo aí, não podemos nunca ignorar as condições básicas de cada ser humano e a sua diferenciação individual. Como muito bem escreveu Michael J. Sandel, “A meritocracia não é um remédio contra a desigualdade. É uma justificação”. Mas nem só de individualismo vivem estas correntes, vivem também da agenda mais ou menos encoberta de destruição do estado, quase conceptualmente, e do abandono da esmagadora maioria das suas funções,



principalmente as sociais, ao abrigo da falácia do direito de escolha, e com a perspetiva de criar paralelos privados para serviços públicos que morreriam lentamente, esquecendo que só a universalidade dos serviços públicos e a sua tendência gratuita garantem o acesso de todos quanto deles queiram beneficiar, mas, mais do que isso, garantem a qualidade e efetividade desses serviços. A escolha, caros deputados, já há muito está garantida. Vivemos, há muitos anos, num país economicamente aberto à iniciativa privada e na qual, salvo raríssimas exceções nas funções de segurança e paralelas no estado, qualquer investidor privado pode abrir o seu negócio e fazer a sua vida. O cidadão escolhe, quando há oferta pública ou privada, que serviço quer. Agora, caros deputados é hora de pôr os olhos no futuro. Da parte do Partido Socialista, com a mesma vontade com que nos propusemos em setembro do ano transato a Continuar Guimarães, vamos agora também Continuar Portugal. Vamos ultrapassar esta que parece ser a final, mas não menos desafiante, fase pandémica, continuar a recuperação económica e social do país, preparando o país para os desafios futuros e continuando a senda de transformação, inovação e desenvolvimento, por forma a podermos, cada vez mais, oferecer aos nossos cidadãos condições para crescerem em todos os quadrantes, pessoal, profissional e socialmente. Está tudo feito? Claro que não! Por isso e para isso cá estamos, a lutar pelas nossas ideias e pelo que acreditamos ser melhor para a nossa sociedade. Tivemos os nossos momentos bons e menos bons, mas devemos sobretudo orgulhar-nos do trabalho que até aqui fizemos, em conjunto enquanto sociedade, e daí alicerçar um futuro que queremos cada vez melhor, com todos e para todos". -----

Pedro Manuel da Silva Mendes respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

André Guimarães Coelho Lima, do Grupo Parlamentar do PSD, disse querer usar da palavra para, enquanto membro eleito para a Assembleia Municipal de Guimarães e cabeça de lista pelo PSD no Distrito de Braga, às Eleições Legislativas, felicitar o Partido Socialista pela sua vitória, fazendo-o na pessoa de Luís Miguel Soares, candidato eleito para integrar a Assembleia da República e Presidente da Concelhia do PS de Guimarães. Proferindo que a nobreza da democracia se faz de atos, reconheceu e assumiu que o PSD, que se candidatou às Eleições Legislativas para as vencer, não o conseguiu, considerando, todavia, que aquilo que o povo decidiu é a melhor decisão possível, porque é a decisão do povo e a democracia é isso. Reiterou as palavras que na altura teve ocasião de dizer, já sublinhadas em reunião do Executivo Municipal pelo Vereador Bruno Fernandes, Líder do PSD de Guimarães, de que continua objetivamente disponível, bem como todos os eleitos locais do PSD, para contribuir naquelas que são as causas de Guimarães. Disse que o Partido Socialista, com maioria absoluta, tinha, agora, a nível nacional e a nível local, oportunidade para poder cumprir o seu plano, com tempo e com as condições que, naturalmente, qualquer partido pode desejar ter. A nível nacional, disse haver possibilidade de, em vez de aumentar em 39% o salário mínimo nacional e 6,2% o salário médio nacional, que é de facto aquilo que aconteceu, tentar que sejam menos o número de pessoas que têm o salário mínimo nacional, poder subir impostos sem ser à custa dos impostos indiretos, embora sabendo serem estes os mais indetetáveis pelas pessoas, e evitar que Portugal seja o terceiro país da Europa em termos de trabalho precário. A nível local, disse achar que o Governo poderá cumprir com o Campus de Justiça, fazer regressar o alfa pendular a Guimarães, alterar as redes de referenciação para que o Laboratório de Hemodinâmica seja efetivamente instalado, deverá e poderá, finalmente, executar a via do Avepark e não passar ao lado da discussão da



alta velocidade e daquilo que vai ser a posição relativa no investimento, que, agora sim, poderá ser realizado.-----

Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares pediu a palavra para agradecer as palavras que lhe foram dirigidas por André Guimarães Coelho Lima. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo parlamentar do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O nosso país entra agora numa nova fase da sua vida política. As Eleições Legislativas de janeiro pronunciaram, democraticamente, um novo Governo do Partido Socialista com maioria absoluta. Mais do que leituras, análises e divagações sobre o novo mapa político-partidário que se desenhou, importa sim apontar os caminhos do futuro. Num cenário de estabilidade governativa, em que o PS pode hoje prescindir da negociação à Esquerda que positivamente o condicionou nos últimos 6 anos, com particular intensidade nos anos da “Geringonça”, terá a capacidade de implementar políticas que respondam verdadeiramente aos problemas de todos e todas nós. Será que o fará? Estará o Partido Socialista disposto a rever e alterar o Código do Trabalho ainda sob influência da “Troika” e da Direita, como fizeram recentemente os seus congêneres espanhóis do PSOE? Estará o PS disposto a reforçar os rendimentos e o poder de compra da nossa população, através da subida do salário mínimo e o fortalecimento do papel das convenções coletivas de trabalho? Estará o PS disposto a responder à urgência climática, que a Litoral já nos ameaça com o alagamento de zonas costeiras e a Interior impõe uma desesperante seca, através da promoção da transição energética e económica? Estará o PS disposto a defender, não apenas com prémios e congratulações simbólicas, mas com investimento público, a Escola e o Ensino Superior públicos e o SNS, numa altura em que as forças políticas que os querem dismantelar conquistam maior destaque?

A todas estas questões teremos resposta nos próximos quatro anos e dez meses. Perceberemos finalmente qual o rumo decidido para o país por parte do PS de António Costa. A oposição parlamentar, onde se inclui o Bloco de Esquerda, cá estará, para uma atenta fiscalização, um incisivo escrutínio, uma defesa acérrima dos interesses dos portugueses e portuguesas, com 19 ou 5 parlamentares, com trabalhos redobrados, mas com a mesma sede e determinação de lutar por verdadeira justiça social, por uma sociedade mais equitativa e fraterna, por um reforço do espírito democrático de Abril. Especificamente no nosso concelho, vimos uma participação muito positiva dos nossos cidadãos e cidadãs, com um dos números de afluência eleitoral mais altos do país, sendo sinal da consciência cívica da nossa população. O sucesso deste processo eleitoral só foi possível graças à ação de centenas de pessoas que se prontificaram a despende um dia inteiro para assegurar o funcionamento das mesas nas 48 freguesias do nosso concelho, num contexto pandémico, muito adverso, em que se permitiu a votação de isolados e infetados, expondo-se a um risco de infeção por Covid-19 elevado. A essas pessoas, devemos, todos os democratas, agradecer o seu contributo cívico. Porém, no nosso concelho, ao contrário do que é usual aqui e nos concelhos vizinhos, a entrega dos votos junto do Tribunal foi marcada por um desrespeito total aos imensos Presidentes de Mesa, que, sem qualquer tipo de vantagem económica extra, foram ainda obrigados à deslocação para o Tribunal, entregando por sua conta os votos, vindos das mais diversas zonas do concelho e submetidos a uma longa espera na fila que se gerou, com alguns requintes de indiferença e até humilhação. Situações como esta apenas servem como um sinal desrespeitoso para com estes cidadãos e cidadãs a quem muito devemos neste processo eleitoral e como fator dissuasor de participações futuras em atos eleitorais e não devem mais acontecer. Sobre esta situação, importaria que a Câmara se posicionasse,



esclarecendo o seu papel nesta decisão descabida. Escapando do âmbito destas Eleições Legislativas, não poderia deixar de assinalar o 15º aniversário da vitória do “Sim” no referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez. Este resultado abriu espaço para que se terminasse uma injusta, desumana e retrógrada perseguição às mulheres que, por livre escolha, necessitavam de recorrer ao aborto, em respeito pelo seu próprio corpo e vida pessoal. Uma perseguição que incentivava abortos clandestinos em condições insalubres, perigosas e que colocaram a vida em risco, senão mesmo levaram à morte de tantas mulheres. Hoje, podemos dizer que graças ao resultado desse referendo, Portugal tornou-se um país mais digno e menos preso ao dogmatismo bafiento herdado da ditadura e do fundamentalismo religioso. Orgulho-me do papel essencial do Bloco de Esquerda nessa luta, como em tantas outras em que o direito à autodeterminação e à liberdade individual é ameaçado pelas amarras conservadoras presas anacronicamente a um passado já extinto, mas que, a muitos, custa ainda enterrar”. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal, relativamente ao programa de prospeção e pesquisa de Lítio, começou por dizer que se trata de um procedimento que necessita de muita informação e de ser bastante maturado. Esclareceu que a Câmara Municipal esteve em todas as fases deste processo, desde o conhecimento do primeiro mapeamento que apontava 65 hectares na freguesia de Serzedo, incluída na área Seixedo-Vieiros, tendo culminado num parecer desfavorável, que a Câmara, em tempo útil, deu conhecimento à Direção da Energia, e que teve em consideração um povoamento disperso, a proximidade da estrada nacional,

a dificuldade em perceber o que é prospeção e depois exploração e as razões relacionadas com o impacto ambiental, nomeadamente a questão da água e da saúde, que são questões que leva a ter algum receio devido à exploração do Lítio. Concordou que a população deve estar envolvida neste procedimento, nomeadamente, ser devidamente esclarecida para que, depois, possa, de alguma forma, fazer essa sua livre vontade. Sobre o alegado desconhecimento do Presidente da Câmara, esclareceu que se referia ao mapeamento e à alteração da localização da área em causa, na freguesia de Serzedo. Anunciou, ainda sobre o tema, que a Câmara vai agora definir um plano de ação, de informação e esclarecimento, no âmbito de um processo de envolvimento da população. Sobre a questão da habitação, que reiterou ser o desafio do mandato, disse tratar-se de uma prioridade para combater o “inverno” demográfico e resolver um dos problemas mais sentidos em Guimarães. Acrescentou que a dinâmica que a Câmara Municipal está a trabalhar é ao nível da habitação indigna e das rendas a preços controlados. Acrescentou, também, que está a ser trabalhada uma segunda versão da Estratégia Municipal de Habitação, com novo levantamento que permite acrescentar mais umas centenas de casas e a trabalhar o Programa 1º Direito que prevê apoio aos privados, um processo com questões que têm de ser trabalhadas família a família. Acrescentou, a propósito, que estava em curso a elaboração de um regulamento no âmbito da habitação a custos controlados, para além de, em articulação com o Plano Diretor Municipal, serem identificados terrenos que possam vir a responder às necessidades habitacionais. Antes de concluir, referiu que o resultado das Eleições Legislativas validou as políticas sociais que o Partido Socialista tem vindo a fazer e que pôs o país a crescer, o que o continuará a ser feito porque o Partido Socialista defende uma política de justiça social, de igualdade de oportunidades, de equidade e de dar a todos a



oportunidade de serem diferentes. Concluiu, comunicando que o processo da ECOIBÉRIA encontrava-se em Tribunal.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, André Filipe de Castro e Sousa Casalta e Emídio Guerreiro. -----

----- **PERÍODO DESTINADA AO PÚBLICO** -----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

1 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposta designada por “Primeira Alteração Orçamental Modificativa”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.-----

CÂMARA -----

2 - ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. Submete-se à discussão da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal no período compreendido entre 1 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Parlamentar do PS, começou por recordar que, por diversas vezes, já tinha referido que Guimarães tem

uma marca identitária muito própria, em Portugal e no mundo, naturalmente feita pelos vimaranenses, mas, também, pela ação diária dos representantes do Município e concretização dos projetos a que se propõe nos programas eleitorais. Desde modo, destacou a inauguração do Teatro Jordão e Garagem Avenida, que ocorrerá no dia de amanhã, a distinção do projeto cultural “Bairro C”, que recebeu o prémio Municípios do ano 2021, atribuído pela Universidade do Minho; o Projeto “Lugares com História”, que incluiu 33 estabelecimentos comerciais e 10 associações, que visa o reconhecimento e proteção desses estabelecimentos e entidades e que apresenta um conjunto de benefícios e apoios que permitem garantir a preservação desses locais; a integração de Guimarães na Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, um projeto verdadeiramente relevante que visa a partilha de conhecimentos e sinergias com outros municípios e que, inclusive, atribui um selo de qualidade como município amigo da juventude. Destacou, também, o Projeto de Gestão de Resíduos Orgânicos, que Guimarães foi pioneira; a entrada em funcionamento da nova concessão dos transportes coletivos de passageiros, que representou uma verdadeira revolução na área da mobilidade do concelho; e a conclusão das obras da rua da Caldeiroa, da rua D. João I, da escola de Casais, em Brito, e da obra de requalificação da EM 582, que atravessa Fermentões, Pencelo e Selho S. Lourenço. Finalizou, elevando o trabalho que a Câmara Municipal tem realizado para que Guimarães seja um Município de referência, na região, no país e no mundo. -----

João Paulo Serra Salazar, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, fez a uma intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Neste ponto analisamos a atividade da Câmara Municipal referente às datas compreendidas entre um de dezembro de dois mil e vinte e um e um de janeiro de dois mil e vinte e dois. No presente documento vemos refletida



alguma atividade em determinados setores, mas, há outros, que pela sua importância para o bem-estar dos vimaranenses, nos deixa preocupados a sua ausência ou, se quiser, presença residual no referido relatório. O CDS-PP entende sublinhar alguns pontos que são fulcrais para o desenvolvimento do nosso concelho, que não foram encontrados explícitos no relatório de atividades do executivo. É o caso da Habitação e da Mobilidade. Estava previsto discutir posteriormente o Empréstimo a longo prazo, que possivelmente terá como um dos seus objetivos a compra de habitações e ajudar nesta matéria, mas ainda assim seria importante ter-se implementado algo neste sentido, uma vez que um dos grandes problemas do nosso concelho é a perda de população. Reconheço que a resposta do Senhor Presidente será dizer que não é um problema concelhio, mas sim nacional. Ainda assim, não nos impede de criar estratégias e apoios para tornar a habitação em Guimarães uma solução e não um problema. O outro ponto a salientar é a mobilidade, onde consta a nova concessão de transportes. Os constrangimentos que esta nova concessão nos trouxe e que o CDS-PP levantou na última Assembleia ainda não foram totalmente resolvidos. Reconhecemos progressos na reinstalação das carreiras da primeira hora da manhã, o que naturalmente, saudamos, mas os vimaranenses continuam a ter muitos imbróglis para resolver. Não se compreende que para obter o passe se tenha que levar uma certidão com a morada fiscal e, esse passe só sirva para a Guimabus e já não sirva para deslocações na transportadora Transdev ou na transportadora Landim, dentro do perímetro urbano de Guimarães. Reconhecemos que seja difícil a transição entre concessões, mas ainda assim sendo a Mobilidade um tema frágil para o nosso concelho, deve ser de alta prioridade, uma vez que com ele procuramos aumentar a inclusão de todo o território vimaranense,

diminuindo as assimetrias de mobilidade do concelho que, já de si, são muitas.” -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Parlamentar da CDU, suscitou algumas dúvidas sobre a realização do estudo de tráfego anunciado na altura do projeto do desnivelamento do nó de Silvaes, uma vez que, não se tendo resolvido totalmente a fluidez de tráfego pretendida, consta do documento em análise a realização de um outro estudo de tráfego para o projeto da via segregada da variante de Creixomil à ER206, dizendo que demonstrava que o primeiro estudo de tráfego afinal não teria sido efetivado. Quanto à entrada em funcionamento da nova concessão do transporte público de passageiros, que arrancou a 1 de janeiro de 2022, disse ter existido uma mudança para melhor, tendo maior fluidez, mas ainda há muitos acertos a fazer, que vão surgindo com a passagem do tempo. Renovou o pedido de informação, que já havia solicitado na sessão anterior, sobre o loteamento que está a ser construído na Freguesia da Costa. Finalizou, recordando que, enquanto Vereador da Câmara Municipal, votou contra a aquisição do Teatro Jordão por entender só fazer sentido existir um esforço financeiro do Município se fosse mantida, pelo menos, a sua sala principal tal como era, para memória dos vimaranenses, o que não veio a acontecer, o que disse lamentar profundamente. -----

Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Costa, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Apresento-me aqui na qualidade pela qual fui eleito, Presidente da Junta de Freguesia da Costa, para dar voz à população da freguesia. O município está a realizar uma obra de requalificação das vias junto à Escola EB1 De São Roque. Obra importante e necessária, que a junta e a população agradecem, pois trará mais segurança à circulação. Para a realização da obra são necessários sacrifícios, nomeadamente de restrições de mobilidade



devido ao corte de vias. Mas há situações que extravasam o aceitável. A situação que me traz aqui é a falta de sensibilidade e disponibilidade da Guimabus para encontrar soluções aceitáveis para a supressão de mais de 2 quilómetros e meio de percurso de autocarro, em percurso ascendente, na via que segue para a Penha pela Costa. Estando previsto o corte da via a partir da passada segunda-feira, foram efetuados vários contactos e reuniões na semana passada com o dono da obra, o município, tendo-nos sido informado que o autocarro regular seria substituído por um mini-autocarro, permitindo minorar o problema, levando o autocarro até à Escola de São Roque. Em sequência foi transmitida essa informação aos utentes. A verdade é que o autocarro não foi substituído, continuando a circular o autocarro grande, que mesmo nos dias normais é excessivo para a zona. Está a inverter a marcha junto à igreja da Costa, fazendo apenas cerca de 700 metros de um percurso com cerca de três quilómetros de subida. De notar que está a prejudicar fortemente a mobilidade da população mais idosa e carenciada. Prevendo-se ainda vários dias de interrupção da via, a população da Costa vem apelar à Câmara que imponha à Guimabus a substituição do autocarro, para que possa ir, pelo menos, até à Escola de São Roque.” -----

Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, do Grupo Parlamentar do PS, começou por lembrar que na última sessão da Assembleia Municipal foi feita uma análise global do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 alicerçado numa visão estratégica assente em três pilares: A educação, a ciência e a Cultura. Por isso, disse não querer deixar de assinalar dois marcos fundamentais da organização da estratégia cultural da cidade, um com olhos postos no futuro a realizar e o outro como plataforma de partida para novos desígnios. Disse, então, falar, por um lado, do 10º Aniversário da organização da Capital Europeia da Cultura, e, por outro lado, da reabertura

do Teatro Jordão e Garagem Avenida, como centro potenciador do capital cultural da cidade, agora nas funções de Escola de Artes Performativas, Artes Visuais e de Música. Quanto à Capital Europeia da Cultura 2021, disse que era importante refletir sobre como este evento estabeleceu um caminho de melhoria nas infraestruturas e na oferta cultural do Município. Do ponto de vista estrutural, salienta-se a Plataforma das Artes e da Criatividade, a Casa da Memória, o Centro para os Assuntos da Arte e Arquitetura, o Laboratório da Paisagem e múltiplas requalificações urbanas, entre as quais se encontra a requalificação do Campurbis, onde foram inseridos o Centro de Ciência Viva e o Instituto de Design de Guimarães. Acrescentou que a CEC 2012 também gerou atividades que ainda continuam a organizar-se em Guimarães, como a Bienal de Arte Têxtil, a Contextile, o Guidance, a Bienal de Ilustração de Guimarães, bem como diversas iniciativas promovidas por agentes independentes. Disse, ainda, que progressivamente foram instalados e desenvolvidos programas de descentralização cultural, como é o caso do Programa Excentricidades, programas de apoio e investimento na cultura e avançou-se na criação de um modelo de gestão cultural do território de Guimarães, que se reflete na atividade de programação da Oficina e que, pelo menos desde 2018, integra seis áreas temáticas - programação, território, Artes Performativas, Artes Visuais, Património, Criatividade e Internacionalização - que faz com que a cultura seja um polo dinamizador da estruturação do território, da sua valorização e crescimento integrado, em conhecimento e em educação. Prosseguiu, realçando a importância da reabilitação do Teatro Jordão e Garagem Avenida, para instalação da Escola de Artes Visuais e da Escola de Artes Performativas e Escola de Música. Por fim, considerou que como sendo o melhor ponto de partida para o Plano Municipal Cultural para 2032, definir o potencial de interação destas novas estruturas de ensino com a estratégia de



programação da Oficina nos diferentes espaços culturais da cidade, que acredita contará com a diligente colaboração de todos os vimaranenses e da sua representação democrática, eleita para a autarquia municipal. -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Parlamentar da IL, disse querer destacar, relativamente ao relatório em apreço, dois pontos que, claramente, lhe chamaram a atenção: Primeiro, sobre o Programa Municipal Lojas Históricas, projeto que considera extremamente ambicioso, mas que chegou com um atraso de dois anos, o que, para muitas lojas e comerciantes, a aplicação das suas medidas acabou por não ajudar; Segundo, sobre a concessão de transporte público de passageiros, pela Guimabus, tendo por base as novas linhas e os novos horários, disse lamentar que haja parte do território concelhio que deixa de ter acesso ao serviço público de transporte a que estava adaptada, o que acaba por colocar em risco a coesão territorial e agravar as dificuldades das populações mais periféricas. Ainda neste âmbito, e tendo conhecimento de que grande parte da informação encontra-se apenas disponível via aplicação ou internet, apelou à Câmara Municipal o acompanhamento deste assunto, de modo a evitar que alguma franja da população não consiga obter a devida informação, nomeadamente, linhas e respetivos horários. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Temos vindo a pedir ao Executivo políticas públicas mais eficazes e mais proactivas para a área do desenvolvimento económico. E queremos acreditar que as ações levadas a cabo tenham a melhor das intenções, não obstante o resultado prático que daí advém. Há pouco mais de meio ano, foi inaugurado em Guimarães o Consulado do Cazaquistão. O mesmo tinha, ou tem, como principal objetivo estabelecer e aprofundar a cooperação entre

Portugal e o Cazaquistão, nos setores da economia, comercial, investimentos, cultura e Turismo. Ora, este serviço foi instalado em pleno centro histórico, num edifício emblemático como é o antigo Paços do Concelho, numa área classificada como Património Mundial. Todos sabemos que as embaixadas e os consulados são espaços independentes com tutela própria e pertencente aos próprios países aos quais pertencem. E todos ficamos recentemente a saber que no Cazaquistão, morreram mais de 150 pessoas e foram detidos perto de 6000 manifestantes, num registo antidemocrático e absolutamente nepotista. Sendo Guimarães um município democrático, o nosso centro histórico uma marca que nos envaidece, a pergunta que deixo ao Sr. Presidente do executivo em exercício é se se sente confortável com esta situação?” -----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, recordou que no dia 24 de janeiro completaram-se 100 dias deste mandato, o tempo de duração a que se chama o estado de graça é uma convenção, mas tem um significado político, é o período de elaboração de projetos, programas e políticas que vão marcar o mandato. Portanto, considerou este período de um enorme vazio e com muito poucas novidades a registar, mesmo no cumprimento do programa eleitoral com que o Executivo se candidatou. Disse, ainda, que o Presidente da Câmara Municipal se tinha apresentado aos vimaranenses em 2021 com um projeto ambicioso, com o qual ganhou as eleições, e onde dizia, com clareza, que queria ganhar as eleições para conseguir concretizar tudo o que ainda não tinha conseguido fazer, e que já tinha proposto. A entrada em vigor da nova concessão dos Transportes Públicos de Passageiros, iniciada com um ano de atraso face ao período inicialmente previsto, considerou que o arranque decorreu com percalços, principalmente sem resposta nos sistemas complementares de transportes urbanos, que o Presidente da Câmara fala desde 2013, mas que



ainda não existem. Quanto à reabilitação do Teatro Jordão, com inauguração marcada para o dia de amanhã, disse ser uma obra, também, com imenso atraso e que carece de resposta às seguintes questões: Qual é o modelo de gestão do equipamento? Fica todo entregue à Universidade do Minho? Se sim, como é feita a articulação com a Escola de Música, que também será lá instalada? E a fruição do auditório? Prosseguiu, dizendo que é preciso travar o declínio populacional de Guimarães dos últimos 20 anos, que é um problema que liga a habitação, a transformação económica do tecido empresarial e criação de emprego de qualidade. Finalizou, considerando que ainda há muito por fazer ao nível da mobilidade, da dinâmica económica do concelho, da sustentabilidade ambiental, da mobilidade, do urbanismo e da coesão territorial. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Parlamentar do BE, começou por considerar a aposta na Cultura fundamental e, por isso, o investimento que é feito nesta área merece o aplauso do BE. Todavia, disse haver um conjunto de temas que demonstram falta de estratégia do Executivo Municipal, designadamente a mobilidade, que exemplificou com a obra de desnivelamento do nó de Silvares, que apenas resolveu a fluidez do trânsito para quem se dirige à autoestrada e que obrigará a uma nova intervenção na área, e a falta de habitação acessível. Por fim, disse querer manifestar a sua preocupação com a notícia que veio a público relativamente à abertura de uma sala de atendimento de apoio às vítimas de violência doméstica e que, estando sediada numa zona comercial, provavelmente não terá a privacidade que devia, podendo levar a constrangimentos, sobretudo falta de segurança, das próprias vítimas.-----

Nelson José Guimarães Felgueiras, Vereador Municipal, deu conhecimento do ponto de situação do procedimento relativo ao processo de loteamento

que está a ser edificado na freguesia da Costa, referindo que a Câmara Municipal não tem conhecimento da existência de qualquer caminho público nesse loteamento.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que a Câmara Municipal tenta ir a tudo e estar presente, de forma transversal, no que respeita à cultura, à educação, à saúde e à ação social, sempre com novos desafios e num processo dinâmico e evolutivo, com a consciência de que não está tudo feito e que é necessário fazer mais. Estando no início de mandato, disse que era natural que o programa eleitoral estivesse longe de ser executado e só mais próximo de 2025 é que se poderia ver o resultado do trabalho do Executivo Municipal. Acrescentou que a Câmara continuará a trabalhar à medida do que vai conseguindo fazer, estabelecendo prioridades, nos vários domínios de intervenção, mas com a certeza de que quanto mais se faz, mais há a fazer. Sobre a questão da habitação, reiterou que é um setor que estava cofiado à CASFIG e que hoje tem nova dinâmica ao nível da gestão municipal, estando a ser trabalhada, nomeadamente, a criação da Divisão da Habitação, de forma a dar uma resposta mais eficaz nesta área. Quanto à concessão dos transportes públicos de passageiros, referiu ter sido um processo muito complexo, que todos reconhecem que há um caminho feito e que há muito mais a fazer, destacando, ainda assim, que foi uma grande mudança, que considera ser substantiva e importantíssima para a coesão territorial e desenvolvimento do território. Lembrou que esta concessão deveria ter entrado em linha com a nova concessão da CIM do Ave, o que não veio efetivamente a acontecer por motivos alheios à Câmara Municipal, sendo que a Guimabus tem mostrado total disponibilidade para dialogar e encontrar soluções para que os transportes públicos sejam a resposta que todos desejamos. Quanto às questões relacionadas com o problema de tráfego na variante de Creixomil, tema que disse já ter sido



explicado, foi identificado um problema na fluidez do trânsito de saída para a rotunda que será solucionado através de uma ligação entre a variante e a EN206, que está a ser trabalhada e que resolverá definitivamente esta situação. Relativamente ao Teatro Jordão e Garagem Avenida, disse esperar que a inauguração, que ocorrerá amanhã, dê a conhecer a todos a dimensão daquele espaço e o que este pode acrescentar aquilo que é a Cultura de Guimarães, aproveitando para reiterar que a Capital Europeia da Cultura 2012 não foi um evento datado, é um desígnio que se manteve e que continua porque a cultura é, efetivamente, mobilizadora e faz de nós melhores pessoas. Acrescentou que o modelo de gestão do Teatro Jordão está praticamente construído, que tem que ser negociado com a Universidade do Minho e com a Escola de Música, para, depois desta fase, ser apresentado. Relativamente à questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Costa, disse que a Câmara Municipal está e continuará a acompanhar a situação, mas como todos sabem as obras trazem sempre algum incómodo à população mais próxima. Por último, sobre o local do novo espaço criado para apoio à vítima de violência doméstica, informou que é um serviço de resposta à zona sul do concelho, garantindo que todos os cuidados foram tidos para que seja salvaguarda, absolutamente, a identidade e a descrição das pessoas. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Torcato Ribeiro, Paulo Miguel Lima Peixoto e Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro. -----

REGULAMENTOS-----

4 - ALTERAÇÕES À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ANO DE 2022 - RETIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS - REPRISTINAÇÃO DE VALOR DE TAXA. Submete-se à discussão e votação da

Assembleia Municipal a seguinte proposta: “Através da nossa informação n.º 292/2021, do passado dia 29 de novembro, foram propostas diversas alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para vigorar no ano de 2022. Estas alterações foram sujeitas a aprovação da Câmara Municipal, na sua reunião do passado dia 16 de dezembro, e serão agora submetidas a aprovação pela Assembleia Municipal, na sessão agendada para o próximo dia 30 de dezembro. Dessas alterações consta a eliminação da taxa constante do n.º 1 do art.º 41.º atualmente em vigor, que depois passou a ser o art.º 42.º a vigorar em 2022, e que respeita à taxa a cobrar pela apreciação da comunicação com prazo nos procedimentos relacionados com o alojamento local, no valor de €28,11, porque nos foi transmitido que esta apreciação não tinha custos associados. No entanto, e conforme e-mail em anexo (doc. 1), verificou-se um lapso no pedido formulado para eliminação desta taxa, uma vez que houve uma clarificação posterior no sentido de que os municípios devem proceder a esta cobrança, considerando que há efetivamente uma análise e autorização do pedido. É, assim, necessário que esta taxa seja reposta por forma a que possa continuar a ser cobrada no ano de 2022. Deste modo, e porque antes do início do ano já não se realizará nenhuma reunião da câmara municipal onde possa ser proposta a reposição desta taxa, para posterior envio a aprovação da assembleia municipal, coloca-se à consideração do Sr. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprove a reposição desta taxa, para que ela possa ser cobrada logo a partir do início do próximo ano, decisão que posteriormente será ratificada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.” A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia treze de janeiro e dois mil e vinte e dois e que aqui se dá por



reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **5 - TABELA DE TAXAS DE CREMAÇÃO - CREMATÓRIO MUNICIPAL DE MONCHIQUE – SERVILUSA.** Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: “Em Reunião de Câmara realizada a 19 de outubro de 2017, foi decidida a adjudicação à SERVILUSA CREMATÓRIO DE GUIMARÃES LDA., o CONTRATO DE CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MONCHIQUE – GUIMARÃES, pelo prazo de 25 anos. Assim, e conforme estabelecido na cláusula 23ª, do referido contrato, ficou estabelecido que o valor da taxa respeitante ao ato de cremação de cadáveres é de 250,00€ e o da taxa de cremação de ossadas e restos é de 120,00€, revertendo, para o Município de Guimarães, 10% de cada uma das taxas cobradas por estes atos. Neste contexto, considerando a abertura do Crematório, prevista a partir do dia 15 de janeiro, e dada a possibilidade, de acordo com a cláusula 15.ª, do referido contrato, serem realizadas todas as atividades conexas à atividade funerária, desde que diretamente ou indiretamente relacionadas com o serviço de cremação, e ainda desde que possam ser desenvolvidas no edifício objeto da Concessão, e considerando que a próxima sessão da Assembleia Municipal apenas ocorrerá no mês de Fevereiro, muito após a abertura do equipamento em causa. Submete-se à consideração superior que seja apresentada uma proposta à próxima reunião Câmara Municipal para aprovar as taxas constantes da seguinte tabela de taxas, e submeter a posterior ratificação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas ccc) do n.º 1 do art.º 33.º e b) do n.º 1, do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em atenção os n.ºs 3 e 5 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo: -----

Cremação de cadáver	250,00€
Cremação de ossada	120,00€

Utilização de sala Tanatopraxia	140,00€/dia
Utilização de câmara frigorífica	65,00€
Serviço noturno	155,00€
Cendrário	35,00€
Sala Ecuménica	150,00€ (Gratuito para a realização de cerimónias que antecedem a cremação)

A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia treze de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **6 - ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2022 – VOTO ANTECIPADO - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS NAS DUAS PRIMEIRAS HORAS DE ESTACIONAMENTO NO PARQUE DA MUMADONA E IMPLEMENTAÇÃO DE ZONA DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO NA RUA CONDESTÁVEL NUNO ÁLVARES PEREIRA.** Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: ““A realização da Eleição para a Assembleia da República 2022 encontra-se marcada para o próximo dia 30 de janeiro, tendo sido fixado o dia 23 de janeiro para realização do voto antecipado em mobilidade devido ao agravamento da crise pandémica em virtude da doença COVID-19. Face às projeções avançadas para as inscrições no voto antecipado em mobilidade, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI) recomendou aos eleitores a inscrição nesta modalidade de votação antecipada, tendo solicitado às câmaras municipais o reforço de infraestruturas para o efeito, sugerindo o dobro das mesas de voto em relação às eleições presidenciais 2021. Assim, o ato eleitoral para o voto antecipado em mobilidade ocorrerá nos edifícios municipais do Largo Cónego José Maria Gomes, prevendo-se a disponibilização de 8 mesas de voto. O exato número de mesas de voto vai depender do número de eleitores inscritos no voto antecipado em mobilidade, o que só será conhecido no próximo dia 21 de janeiro, através de comunicação da SGMAI. Com vista a facilitar o acesso dos eleitores inscritos aos locais de



funcionamento daquelas mesas de voto, proponho a aprovação da isenção do pagamento de taxas no Parque de Estacionamento da Mumadona nas 2 primeiras horas de estacionamento, entre as 07:30 h e as 19:00 h do dia 23 de janeiro de 2022. Mais proponho que, nesse mesmo dia, entre as 08:00 h e as 19:00 h, seja permitido o acesso de viaturas à Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira, de forma a possibilitar o estacionamento automóvel por parte de eleitores com mobilidade reduzida. Finalmente, a presente proposta deve ser submetida a ratificação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas b) e g), do n.º 1, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, e no n.º 8, do art.º 56º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais, com atribuição de efeitos a 23 de janeiro de 2022, de acordo com os n.ºs 3 e 5, do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo.” A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois e que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU** da seguinte forma: -----

APROVAR o ponto 4, por unanimidade;-----

APROVAR o ponto 5, por maioria, com 91 membros a favor (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP e 1 eleito da IL) e 5 abstenções (3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE); -----

APROVAR o ponto 6, por unanimidade.-----

ENTIDADES PARTICIPADAS -----

7 - CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2022 COM A CURTIR CIÊNCIA - ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES NOS TERMOS DOS

ARTIGOS 47.º E 59.º, N.º 3 DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Contrato Programa para o Ano de 2022 com a Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães nos termos dos artigos 47.º e 59.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

André Faria Ferreira, do Grupo Parlamentar do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Do nosso entendimento, os Centros Ciência Viva são espaços públicos de contacto com a ciência, que incluem na sua missão o apoio às escolas dos ensinos primário, básico e secundário na promoção do ensino experimental das ciências e na melhoria da educação para a ciência, estimulando a interação entre as escolas, as instituições de ensino superior, a comunidade científica e as empresas. Verificamos o anexo 2 do contrato programa onde apresentam as atividades propostas e encontramos de forma explícita atividades com foco na Educação Pré-Escolar (AAAF) e 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF) e que desde já relevo a sua importância. Porque não existem atividades específicas para os alunos do 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário? Não será importante elevar a importância da ciência durante o percurso académico de todos os jovens? No nosso distrito apenas existem dois centros de Ciência Viva, um em Braga e em Guimarães, está prevista alguma parceria com outros municípios para dar a conhecer o nosso centro? A Ciência desempenhou um papel determinante e essencial no combate a esta pandemia secular que desafiou e desafia o mundo, urge desenvolver projetos científicos inclusivos, com a capacidade de atingir todos os públicos, no entanto quando visitamos a agenda do website verificamos que no ano



de 2021 apenas foram feitas 2 atividades, e para o ano de 2022 têm prevista uma atividade este mês apenas. Acreditamos que esta não é a realidade e que desenvolvem muitas mais atividades. Assim, com base na Cláusula 4 da minuta do contrato verifico que as obrigações da associação para 2022 são: a) Desenvolver a oferta da sua atividade com carácter gratuito; b) Promover ações e campanhas de informação e valorização da ciência, tecnologia e conhecimento, junto da população em geral; c) Promover a divulgação externa das suas atividades; Sobre o primeiro ponto, (Desenvolver a oferta da sua atividade com carácter gratuito), esta gratuitidade é apenas para os habitantes do município ou para qualquer pessoa que participe nas atividades? Sobre o segundo ponto, (Promover ações e campanhas de informação e valorização da ciência, tecnologia e conhecimento, junto da população em geral), eu que tenho residência na extremidade norte do concelho como vou poder participar se não tenho autocarros ao fim de semana? Têm previstas atividades fora do centro da cidade? No âmbito a divulgação das atividades, como a preveem fazer chegar à população as atividades e divulgar o centro de Ciência Viva? O município tem um papel fundamental na educação e inclusão de todos os jovens. É obrigação do município fiscalizar de forma próxima a dinamização de atividades num instrumento tão importante como o Centro da Ciência Viva. Exigimos e esperamos mais dinâmica, mais informação e mais proatividade do município junto do Centro de Ciência Viva.” -----

Augusto Rafael Capela Duarte, do Grupo Parlamentar do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Permitam-me que comece a minha intervenção, a primeira deste mandato, por saudar toda esta assembleia, na pessoa do senhor presidente da mesa, desejando uns votos de um bom trabalho a todos os eleitos, e que a

representação dos nossos eleitores seja presenteada com combate político forte, convicto, ideologicamente divergente e pluralista, mas convergente na vontade de fazer o melhor para Guimarães e para o povo vimaranense. Venho falar-vos da Ciência. A Ciência que possibilita avanços na nossa comunidade como um todo, melhorando a qualidade de vida das populações e o enriquecimento intelectual e cultural das sociedades. Vivemos um tempo que nos permite presenciar na primeira fila, a importância e a dimensão que o desenvolvimento da ciência tem sobre as nossas vidas. Dou como exemplo o decurso dos últimos 2 anos. O mundo foi assolado por uma pandemia, em que, de repente, vimo-nos impedidos de fazer uma boa parte daquilo que mais amamos na vida. Vimo-nos privados dos nossos *hobbies*, de poder ir aquele restaurante, de poder dar aquele passeio, de poder estar com os nossos pais, com os nossos avós e com os nossos amigos. Na verdade, vimo-nos forçados a abdicar da nossa natureza, enquanto ser que vive em comunidade, e conceder parte da nossa liberdade, em nome da segurança e do direito à saúde de todos. Liberdade. Foi isso que a ciência nos deu neste último ano. A comunidade juntou-se à ciência e aos cientistas, e juntos foram capazes de em tempo record, apresentar uma solução para nos devolver uma boa parte da liberdade perdida. É verdade que esta crise sanitária ainda não foi totalmente ultrapassada, mas podemos dizer que já retomamos alguma normalidade nas nossas vidas. Este regresso à normalidade só foi possível porque a ciência esteve à altura da crise pandémica. Este regresso à normalidade só foi possível porque a comunidade no passado, foi capaz de construir as condições necessárias para que, hoje, a ciência tivesse a capacidade de dar uma resposta à crise pandémica que se colocou perante a humanidade. No nosso tempo, deparámo-nos também, com aquele que será provavelmente o maior desafio da humanidade ao longo deste século. Falo das alterações



climáticas. As alterações climáticas que impõem uma inevitável mudança na forma como vivemos as nossas vidas. Colocamos as nossas esperanças na mudança de comportamentos, mas é sobretudo na resposta da Ciência que depositamos a nossa crença de que a humanidade irá ultrapassar este desafio. Acreditamos que é a Ciência, através de desenvolvimento de novas tecnologias e de novas soluções energéticas, que permitirá à humanidade fazer face às alterações climáticas, preservando o nosso modo de vida, sem que para isso tenhamos que comprometer o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. A “Curtir Ciência - Associação Centro de Ciência Viva de Guimarães”, vê hoje o seu contrato programa aqui discutido. Esta Associação tem como objeto social, e passo a citar, “o desenvolvimento de atividades relacionadas com a promoção da cultura científica e tecnológica designadamente ao nível da educação, fomentando a motivação para a aprendizagem científica através de um contacto precoce com o conhecimento científico, seus agentes e processos”. É, portanto, um projeto que se propõe por princípio a “formar melhores cidadãos” e contribuir para uma cidadania ativa, mais capacitada, informada, levando os mistérios da ciência e a tecnologia aos mais novos, mas também aos mais velhos. É um projeto verdadeiramente inclusivo que permite não só sensibilizar para as questões ambientais, mas também fornecer um contacto diferenciado com a ciência. Naturalmente, a atividade do centro, e a sua capacidade de financiamento através de entidades externas ficou afetada com circunstâncias e condicionalismos resultantes da crise sanitária provocada pelo vírus SARS COV2. Exige-se por isso, que a Câmara Municipal faça uma intervenção junto desta Associação, alavancando os seus projetos e atividades que representam um verdadeiro investimento na educação e desenvolvimento do conhecimento científico em Guimarães. Da leitura do

Contrato Programa aqui em discussão, resulta que o Centro Ciência Viva de Guimarães se propõe, durante o ano de 2022, a fazer chegar ciência a cerca de 30 mil vimeanenses, através de ações diferenciadas. Propõe-se a desenvolver e promover a literacia científica junto das escolas, com as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino básico, permitindo que estas crianças a compreendam e apreendam ciência, de forma lúdica. Ainda no seio da comunidade escolar, o centro de ciência viva irá desenvolver atividades, com vista à capacitação de docentes dos diversos ciclos de ensino, apresentando novas abordagens para os temas constantes nos programas escolares. É preciso dizer que o conhecimento científico não se transmite apenas em contexto escolar. Tendo isso em conta, o Centro Ciência Viva de Guimarães propõe-se a fazer chegar a ciência à sociedade vimeanense através do desenvolvimento de atividades no seio familiar, e também em espaços informais do território vimeanense, transpondo para fora de portas o conhecimento e o saber científico, num contexto que permite o contacto com um público que vai muito para além da comunidade escolar. O Centro Ciência Viva pretende também, valorizar o território de Guimarães, propondo-se à realização de percursos pedestres que permitirão aos seus participantes compreender a fauna e flora das montanhas da penha, a história e o património industrial da zona de couros, e o património geológico, que a ação humana esconde, mas que continua presente o nosso território. Por último, permitam-me que realce as ações propostas com vista à sensibilização para a sustentabilidade ambiental e para o impacto positivo que as mudanças de alguns comportamentos podem trazer para a preservação do nosso património natural. O conhecimento e a ciência não têm preço. Para o Partido Socialista todos euros investidos neste contrato programa, são isso mesmo. Um investimento. Um investimento que permitirá que que aquelas cerca de 30 mil pessoas que irão ter contacto com



os programas desenvolvidos pelo centro ciência viva, se tornem cidadãos mais conscientes do ambiente que os rodeia e mais sensibilizados para as questões ambientais. Este é um investimento que poderá permitir o despertar da investigação científica àqueles que poderão ser no futuro a resposta da humidade, a uma determinada doença, a uma eventual crise sanitária, e ao desenvolvimento de um futuro mais sustentável. Da nossa parte, Sra. Vice-Presidente Adelina Paula Pinto, deixe-me dizer-lhe: É sobretudo neste tipo de projetos que esta bancada se revê. O projeto Ciência Viva de Guimarães é um projeto que representa o legado do professor Mariano Gago. É um projeto onde a comunidade, organizada coletivamente numa instituição pública - neste caso, na Câmara Municipal de Guimarães - cria condições para que a educação e a ciência cheguem a todos, independentemente da sua condição social. Por isso, saudamos este projeto, porque contribui ativamente para o desenvolvimento social e humano do indivíduo e da comunidade. Saudamos este projeto, porque contribui ativamente na redução das desigualdades no acesso ao conhecimento. Saudamos este projeto porque é através de projetos como este que a nossa sociedade se mune dos recursos necessários para que a humanidade possa fazer frente aos desafios com que se depara no futuro.” - Augusto Rafael Capela Duarte respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Faria Ferreira.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que o Centro de Ciência Viva, tal como foi referido por ambos os oradores, tem focos importantíssimos numa altura em que a ciência é crucial e que tem de ser longitudinal. Continuou descrevendo o modo como o Centro de Ciência Viva atua nas suas duas vertentes, educativa e comunidade, e anunciando as

novas ações que estão previstas iniciar para promoção da cultura científica e tecnológica. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **95 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do BE e 1 eleito da IL) e **1 voto contra** (1 eleito do CH). -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, proferiu o seguinte: “O CDS-PP votou a favor porque considera importante a ciência distribuída por todos os escalões etários e por todos os vimeanenses. Considera, ainda, importante, que aquilo que se está a discutir hoje aqui não é propriamente a ciência em Guimarães, mas sim o contrato programa relativamente ao Curtir Ciência e os seus investigadores, agradecendo a informação prestada pela Presidente em exercício. O CDS considera relativamente pobre aquilo que foi o plano até agora e bastante pobre aquilo que se propõe dentro das propostas feitas. Por exemplo, quanto aos investigadores mencionados, e referindo a gratuidade transmitida pela Presidente em exercício, regista-se uma ação que se chama “Oficina de Atividades Viscosas e Bolas Gigantes de Sabão”, que custa cerca de 5 euros por participante, em que 4 euros respeitam às atividades viscosas e 1 euro à bola gigante de sabão. Parece-me, de facto, que curtir ciência é muito curto!” -----

EDUCAÇÃO -----

8 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUIMARÃES PARA O QUADRIÉNIO 2021/2025. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: “Considerando que o Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta



a nível municipal que tem por objetivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo. Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º, do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o Conselho Municipal de Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal. Propõe-se, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 5.º, do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, e subsequente Declaração Retificativa n.º 13/2013, de 11 de outubro, e das alíneas e) e f) do n.º 1, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, que a constituição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2021/2025 seja a seguinte: Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal e do Conselho Municipal; José Torrinha, Presidente da Assembleia Municipal; Adelina Paula Pinto, Vereadora da Educação; Maria de Fátima Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Brito em representação das freguesias do concelho; Sérgio Afonso, Delegado Regional de Educação Norte; Manuel João Costa, Pró-reitor para os Assuntos Estudantis e Inovação Pedagógica da Universidade do Minho; Francisco Teixeira, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; Manuel Agostinho Lopes, em representação do pessoal docente do ensino básico público; Ilda de Jesus Silva, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; Firmino Lopes, Diretor do Agrupamento de Escolas de Abação; Artur Monteiro, Diretor do Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso; Fernando Mendes, Diretor do Agrupamento de Escolas Arquiteto Fernando

Távora; Luís Morais, diretor do Agrupamento de Escolas de Briteiros; Graça Teibão, Diretora do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques; Rosalina Pinheiro, Diretora do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda; Cristina Silva, Diretora do Agrupamento de Escolas de Gil Vicente; João Pedro, Diretor do Agrupamento de Escolas de Pevidém; Maria do Carmo Pereira, Diretora do Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar; Manuela Ferreira, Diretora do Agrupamento de Escolas Professor João de Meira; Benjamim Sampaio, Diretor do Agrupamento de Escolas Santos Simões; João Montes, Diretor do Agrupamento de Escolas das Taipas; José Alberto Freitas, Diretor do Agrupamento de Escolas Vale de S. Torcato; Maria de Jesus Carvalho, Diretora do Agrupamento de Escolas de Virgínia Moura; Ana Maria Silva, Diretora da Escola Secundária Martins Sarmiento; Celso Lima, Diretor da Escola Secundária das Taipas; Rui Miguel Costa, em representação dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privado; Carlos Azevedo, em representação das associações de pais e encarregados de educação; Graça Carvalho, em representação das associações de pais e encarregados de educação; Elisabeth Ramos Pires Melo, em representação dos serviços públicos de saúde; Carla Cristiana Cardoso Fernandes, em representação dos serviços da segurança social; Helena Chaves, Diretora do Centro de Emprego do Médio Ave, em representação dos serviços de emprego e formação profissional; António Rolando Silva, em representação dos serviços públicos da área da juventude e do desporto; António Manuel Ochoa, Comandante da Esquadra Policial de Guimarães, em representação da Polícia de Segurança Pública; Cláudia Magalhães, da Secção de Policiamento Comunitário e Prevenção Criminal, em representação da Guarda Nacional Republicana.” A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois e que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta



anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade.-----

CULTURA-----

9 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA (1º SEMESTRE DE 2022). Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “subsídios no âmbito do IMPACTA (1º semestre de 2022)”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Márcio Rafael da Silva Ferreira, do Grupo Parlamentar do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “cultura representa em Guimarães, um eixo decisivo da nossa identidade e afirmação. É através da cultura que temos afirmado a nossa história, o nosso património, celebrando o nosso orgulho vimezanense e construindo os caminhos do futuro. Associado à ciência e à educação, a cultura é um dos pilares essenciais do nosso município e da definição das suas políticas públicas. Volvidos 10 anos de Guimarães Capital Europeia da Cultura, momento emblemático da aposta estratégica da cultura no nosso concelho, percebemos que foi a escolha acertada. Houve investimento em infraestruturas, na criação e na oferta cultural. Guimarães Capital Europeia da Cultura foi também responsável por um crescente aparecimento de artistas locais e criadores das mais diversas áreas artísticas. Passados 10 anos da Capital Europeia é essencial continuar a apoiar todos aqueles que movimentam o nosso concelho através dos mais variados eventos. É essencial dar o espaço e a ajuda necessária ao tecido associativo, juntas de freguesia e aos artistas e criadores para que seja possível manter viva a Cultura em Guimarães. É esse o caminho que o município tem seguido. Em

Guimarães, o tecido associativo mantém a sua importância na dinamização cultural do município, criando e apresentando uma variedade de atividades para benefício dos vimaranenses. Também fora de Guimarães a Cultura tem sido valorizada, apoiando artistas que levam o nome da nossa terra por todo o país e além-fronteiras. Tudo isto é possível porque é reconhecida a importância desta área e destes recursos. O IMPACTA representa isto mesmo. O instrumento que a Câmara Municipal de Guimarães tem ao seu dispor para continuar a apoiar e a dinamizar a cultura. Tem sido um catalisador da cultura, um apoio que alavanca os eventos associativos e projetos culturais. Neste primeiro semestre a Câmara Municipal de Guimarães escolhe novamente apoiar a Cultura e os artistas vimaranenses, aprovando mais de 70 projetos culturais, num valor de aproximadamente 243 000€. São estes projetos que dão vida às nossas ruas, nossas freguesias e ao nosso concelho. São estes os projetos que dão a conhecer fora das muralhas da cidade o quão viva se encontra a Cultura em Guimarães. São estes os projetos que movem pessoas e comunidades dos pequenos aos graúdos, dos alternativos aos eruditos, das artes plásticas aos projetos de investigação. A Câmara Municipal reconhece a importância da Cultura. É uma estratégia bem enraizada que está a crescer e a dar frutos, dando atenção ao tecido associativo e aos artistas locais, que, em Guimarães, sabem que contam com o apoio da Câmara Municipal. Por toda a importância que a Cultura tem para Guimarães, pelo que o IMPACTA representa, e para que continue a impulsionar a Cultura em Guimarães, a bancada do Partido Socialista votará a favor.”-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para voltar a sublinhar a importância que a Câmara Municipal dá à cultura e que o IMPACTA faz com que a cultura possa ser de todos e não apenas só de alguns.-----



A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **95 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (1 eleito da IL). -----

PATRIMÓNIO -----

10 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – 1.000 M² - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “União das Freguesias de Conde e Gandarela - Aquisição de Parcela de Terreno – 1 000 m² - Ampliação do Cemitério”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia treze de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **11 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA ANTÓNIO LARANJEIRO DOS REIS (LUGAR DO TALHO OU VESSADAS, DA FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO.** Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Desafetação do Domínio Público de Parcela de Terreno situada na rua António Laranjeiro dos Reis (Lugar do Talho ou Vessadas, da Freguesia de Prazins Santo Tirso”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Flávio Romeu de Sousa Freitas, Presidente de Junta da União das Freguesias de Conde e Gandarela, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Como Presidente de Junta de uma União de Freguesias e seguramente como todos os meus colegas Presidentes, tenho uma enorme preocupação com as questões que envolvem a gestão dos

nossos cemitérios. Já Confúcio, famoso filósofo e pensador político, dizia: “Para quê preocuparmo-nos com a morte? A vida tem tantos problemas que temos de resolver primeiro!” Ora, em boa verdade, e na vida de um Presidente de Junta, a questão da morte é em si mesmo um problema. O pensar os espaços e projetar os locais sagrados onde depositamos os nossos concidadãos quando a vida termina, é muitas vezes uma situação de extrema delicadeza e sensibilidade. Sejam pequenas obras de manutenção, ampliações ou novas construções, todas terão de ser muito bem pensadas e fundamentadas para ir de encontro às expectativas da nossa comunidade. Falo a título de experiência pessoal e no caso de Conde e Gandarela: Em Gandarela com aquisição a um preço simbólico por parte do município de uma parcela de 1000 metros, contíguo ao existente, fica garantida a possibilidade de ampliar o mesmo, para o dobro do que existe hoje, permitindo assim corresponder nas próximas décadas às necessidades da Freguesia. E neste caso respira fundo o Presidente de Junta por ter uma solução de futuro. Permitam-me aproveitar esta intervenção para publicamente agradecer à família do Senhor Domingos de Sousa, na pessoa do Dr. Paulo Cunha, por toda a sensibilidade e gentileza com que tratou este assunto com a Junta de freguesia. No entanto, nem todas as situações são tão simples, e por exemplo em Conde, teremos de encontrar uma solução completamente diferente até porque a localização do cemitério, à partida não permitirá ampliar mais naquele local. E sendo certo que teremos um problema, haverá também uma solução, até porque, encontramos no Município e na pessoa do Senhor Presidente, Dr. Domingos Bragança, toda a sensibilidade e disponibilidade para encontrar essas mesmas soluções em conjunto com cada um de nós Presidentes de Junta. E de facto, basta atentar aos números dos apoios concedidos nos últimos anos pelos executivos liderados pelo nosso Presidente, quer para ampliação, construção de raiz, e



aquisições de terrenos, tanto para cemitérios como para capelas mortuárias. Foram mais de dois milhões e meio de euros investidos um pouco por todo o Concelho, indo ao encontro dos anseios dos presidentes de Junta. Sendo este um assunto que preocupa muitos dos Presidentes de Junta, tenho a certeza que continuaremos a ter por parte do município e na pessoa do Senhor Presidente todo o apoio para que cada um de nós consiga encontrar a solução que melhor se adapte às nossas freguesias e correspondendo dessa forma aos anseios das nossas pessoas.” -----

A Assembleia **DELIBEROU** da seguinte forma: -----

APROVAR o ponto 10, por maioria, com **95 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (1 eleito da IL). -----

APROVAR o ponto 10, por maioria, com **94 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU e 1 eleito do CH) e **2 abstenção** (1 eleito do BE e 1 eleito da IL).-----

FREGUESIAS -----

12 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO APOIO ÀS FREGUESIAS PARA GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: “Por deliberação de Câmara de 21/10/2021, foi aprovado submeter à Assembleia Municipal uma proposta para apoio às competências materiais das juntas de freguesias, em matéria de gestão e manutenção dos parques infantis públicos. Tendo-se verificado, entretanto, que, por lapso, não constava da proposta o valor relativo à manutenção preventiva dos referidos parques, que se estimava, até final do ano de 2021, no valor de €57.000,00, foi solicitado à Assembleia

Municipal a retirada da proposta da Ordem do Dia, para subsequente correção e ulterior aprovação. Assim, retifica-se a proposta no sentido de o valor total do referido apoio ser de €88.540,00, e não de €31.540,00, como referido naquela proposta inicial, valor que deve, agora, ser aprovado, atribuindo os respetivos efeitos à data que consta da primeira deliberação - 1 de agosto de 2021.” A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

13 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO CONSIGO EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Freguesia de Infantas - Continuidade do projeto Consigo equipamentos adaptativos e acompanhamento de proximidade 13 de março de 2022 a 12 de março de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

14 - FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO INTERVENÇÃO LOCAL PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA - 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Freguesia de Ronfe - Continuidade do projeto Intervenção local promoção da qualidade de vida - 13 de março de 2022 a 12 de março de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

15 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e



Corvite - Cedência de Autocarro”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

16 - FREGUESIA DE BRITO - CONTINUIDADE DO PROJETO MOVEBRITO – 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Freguesia de Brito - Continuidade do Projeto MoveBrito - 13 de março de 2022 a 12 de março de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

17 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL OFICINA DAS LETRAS - 13 DE MARÇO DE 2022 A 12 DE MARÇO DE 2023.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Freguesia de Azurém - Continuidade do Projeto Social Oficina das Letras - 13 de março de 2022 a 12 de março de 2023”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

18 - GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO MUNICIPAL.

Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal proposta designada por “Gestão de Espaços Verdes - Delegação de Competências nas Freguesias para execução do Plano de Manutenção Municipal”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e sete de janeiro e dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

Maria Adelaide Andrade Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve:

“Hoje, estou aqui para avaliar o trabalho da Câmara Municipal no que concerne às delegações de competências para as freguesias. Neste ponto, podemos observar a delegação de competências acompanhadas de uma verba para a sua implementação. Assistimos a uma crescente afirmação do papel das freguesias como polos da democracia de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos. O PS defende o princípio da subsidiariedade como orientador da decisão sobre o nível mais adequado para o exercício de atribuições e competências, por esse motivo, as freguesias terão competências diferenciadas em função da sua natureza e exercerão poderes em domínios que hoje lhes são atribuídos por delegação municipal. Todos nós Presidentes de junta sentimos e temos a plena consciência de que as verbas propostas, para alguns casos, poderão ser entendidas como insuficientes. De qualquer forma, temos de ter a plena consciência que nada é estanque, mas sim muito dinâmica, de forma a colmatar alguma adversidade ou mesmo insuficiência de recursos, que possa existir. Assim, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Domingos Bragança, a forma como acredita nos presidentes da Juntas de Freguesia e nos seus executivos, quer pela sua proximidade das problemáticas locais quer na sua capacidade de execução. Vários são os exemplos de delegação de competências delegados e subsídios atribuídos à Juntas de Freguesia. Acredito, assim como os meus colegas Presidentes de Junta que a nossa proximidade dos problemas locais e dos cidadãos, nos permite prestar um melhor serviço à população. Esta nossa proximidade das pessoas permitiu a implementação de alguns projetos sociais adaptados aos seus contextos. Estes sustentam a nossa intervenção na comunidade sénior, nomeadamente ao Projeto de Intervenção Local – Promoção da Qualidade de Vida, em Ronfe; O Projeto Consigo: Equipamentos adaptativos e Acompanhamento de proximidade, em Infantas; o Projeto MoveBrito, em



Brito; e o Projeto Oficina das Letras em Azurém. Cada um deles diferente, como referido, desenhado a cada realidade, a cada contexto, às necessidades de cada idoso e da sua comunidade. Mas com os mesmos objetivos: melhorar a Qualidade de Vida da população, aumentando a felicidade das pessoas. Tendo como principais objetivos a qualidade de vida da população sénior e a coesão social, é importante garantir o acesso aos cuidados de saúde e proteção social e da sua qualidade; assegurar dignidade das condições de envelhecimento; assegurar boas condições de vida aos cidadãos seniores, garantindo-lhes serviços públicos de elevada qualidade, capazes de oferecer respostas especialmente vocacionadas para as suas necessidades. Em Guimarães e mais concretamente no que concerne à população sénior e ao envelhecimento ativo a Câmara Municipal tem tido um comportamento excelente. São inúmeras as ações e projetos da Câmara Municipal nesta área social. Hoje, quero realçar o apoio financeiro e técnico aos projetos sociais do concelho referidos. Eu acredito, o Presidente da Câmara acredita, assim como a sua equipa de vereação. Os mentores destes projetos acreditam que um cidadão sénior tem um valor e um papel essencial na sociedade e merece ser tratado com dignidade, seja pelo que pode ainda dar à sociedade, seja pelo que já deu. A implementação de projetos de intervenção multidisciplinar caracterizada pela proximidade permite abranger a multidimensionalidade de fatores de risco e apoiar de forma eficiente tanto os idosos como os seus familiares e cuidadores. Estes projetos sociais são, hoje, na nova problemática emergente, ainda mais imprescindíveis, naquele que é o seu foco. Mesmo tendo que se reinventar, de se adaptar às novas exigências, sempre com o intuito de prestar um serviço de qualidade à comunidade envolvente. Um apoio mais individualizado, adequado a cada cidadão e às suas necessidades. Apoiar

toda a população, nomeadamente no acompanhamento aos serviços de saúde e aos demais serviços públicos, no apoio psicológico e no retomar da vivência da vida em comunidade. Esta situação é evidenciada pelo número elevado que cada projeto tem no apoio individualizado, visitas domiciliárias e apoio psicológico à população. Em meu nome, e do projeto que represento, mas também em nome de todos os projetos o nosso agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente Dr. Domingos Bragança, pelo apoio que nos permite melhorar significativamente a qualidade de vida da população sénior do concelho. Agradecer, acima de tudo, o facto de ter como sua premissa política, a pessoa humana. No que respeita às delegações de competências em análise, embora definidas por legislação, não foram acompanhadas pelo reforço de recursos financeiros, materiais e humanos que permitam a sua execução de forma eficaz. Assim, entendeu e, muito bem, o executivo municipal apoiar de forma material as Juntas onde existam Parque Infantis. Agradeço, mais uma vez, esta capacidade de visão do Edil Municipal, acreditando que em conjunto faremos sempre mais e melhor com todos e para todos.” -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Parlamentar do CH, começou por transmitir que o Chega estará com o CDS-PP na luta pela mobilidade, estará com o PSD na luta pela Ação Social, estará com a CDU na luta pela transparência, estará com o BE na luta pelas vítimas de violência doméstica e estará com o PS na luta contra o racismo e a xenofobia. Relativamente ao ponto 12, que diz respeito à atualização do valor de apoio às freguesias para a gestão e manutenção dos parques infantis públicos, disse querer saber para quando a efetivação deste serviço de gestão. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal disse subscrever totalmente as palavras proferidas pela Presidente da Junta de Freguesia de Ronfe, acrescentando que o Executivo Municipal percebe bem a importância dos



projetos sociais e do apoio que estes têm prestado à população. Relativamente à gestão dos parques infantis públicos, esclareceu que sempre houve gestão para os parques infantis, esclarecendo que a proposta agora em apresentada visa reforçar o apoio às freguesias para que estas possam manter os parques infantis nas melhores condições. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** os pontos 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, por maioria, com **95 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes da Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes da Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente da Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do BE e 1 eleito da IL) e **1 abstenção** (1 eleito da CH). -----

----- **VOTOS E MOÇÕES** -----

Moção apresentada pelo Grupo parlamentar do **PS**, do seguinte teor: -----
“No passado dia 23 e 30 de janeiro, decorreram, respetivamente, o voto antecipado e o voto geral para as Eleições Legislativas que determinaram uma nova composição da Assembleia da República. Num momento em que os números da pandemia escalaram, face à variante Omicron que surgiu, milhares de vimeanenses demonstraram-se disponíveis para assegurar o ato eleitoral enquanto membros das mesas de voto e enquanto delegados. A Bancada Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia pretende desta forma agradecer a cada um destes vimeanenses. Deste ato eleitoral resultou ainda uma nova composição do Parlamento português que integrará três vimeanenses. Felicitamos os eleitos André Coelho Lima, Elisabete Matos e Luís Soares, e desejamos sucesso no desempenho do mandato, fazendo votos que defendam os superiores interesses de Guimarães, do distrito e do país. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 11 de fevereiro de 2022, delibera: • Agradecer a todos os membros e delegados das mesas de voto dos passados dias 23 e

30 de janeiro. • Felicitar os deputados eleitos André Coelho Lima, Elisabete Matos e Luís Soares e desejar sucesso para o desempenho os maiores sucessos para o mandato que virão a desempenhar. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

Moção apresentada pelo Grupo parlamentar do **PS**, do seguinte teor: -----

“No passado dia 6 de fevereiro, o tenista vimaranense João Sousa conquistou o ATP 250, que se realizou em Pune, na Índia. O atleta de 32 anos, que é natural de Guimarães, já participou em 11 finais, tendo conquistado para além deste último ATP, o troféu em Kuala Lumpur (2013), Valência (2015) e Estoril (2018). Pelos seus serviços ao desporto português e por elevar o nome de Guimarães no mundo, propõe a Bancada Parlamentar do Partido Socialista nesta Assembleia que seja aprovada esta moção. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 11 de fevereiro de 2022, delibera: • Congratular o tenista João Sousa pela vitória no ATP 250 em Pune, Índia. • Desejar os maiores sucessos para os desafios vindouros.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

Moção apresentada pelo Grupo parlamentar do **PS**, do seguinte teor: -----

“O Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Guimarães vem, através desta moção, congratular a atleta Vanina Oliveira, com raízes em Guimarães, nomeadamente na Freguesia de Atães, pela sua participação nos Jogos Olímpicos de Inverno que se realizam em Pequim. Vanina Oliveira, nascida em França, mas que escolheu representar Portugal na sua carreira desportiva, tem já um vasto currículo nas modalidades de inverno, contando já com participações nos Jogos Olímpicos da Juventude, Campeonato do Mundo Júnior de Esqui Alpino, Campeonato do Mundo de Esqui Alpino, entre vários outros campeonatos nacionais e regionais, bem como outros troféus da categoria, nomeadamente o Troféu Topolino, uma



das mais conceituadas provas de esqui juvenil do Mundo. Pelos seus serviços ao desporto português e pelo sublinhar das raízes vimaranenses que esta atleta não só nunca escondeu como procura evidenciar, propõe o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que seja aprovada esta moção. Assim, a Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 11 de fevereiro de 2022, delibera: • Congratular a atleta de origens vimaranenses Vanina Oliveira, pela sua participação nos Jogos Olímpicos de Inverno que decorrem em Pequim. • Desejar os maiores sucessos para os desafios vindouros.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

Moção apresentada pelo Grupo parlamentar da CDU, do seguinte teor: -----

“As mulheres trabalham e participam em todas as áreas da vida, assumindo um importante papel no desenvolvimento do País. Neste contexto do surto epidémico, o imenso esforço que lhes foi exigido no trabalho e na família tem sido retribuído com a destruição de muitos dos seus direitos. E sem direitos não há igualdade na vida Não há desculpa para a degradação das condições de vida e de trabalho das mulheres, fustigadas pelo desemprego e a precariedade, a pobreza e os baixos salários, o congelamento das carreiras, discriminações salariais e desrespeito pela função da maternidade, os horários desregulados, a sobrecarga na vida profissional, o grande aumento do custo de vida e dos bens essenciais. Não há desculpa para as desigualdades no acesso à saúde, com o encerramento de serviços, atrasos ou cancelamento de consultas, carência de profissionais e de equipamentos. Não há desculpa para as múltiplas formas de violência contra as mulheres, como a violência doméstica e no namoro, a mutilação genital e casamento forçado, o assédio moral e sexual, a violação sexual e ciberviolência, a exploração

sexual, a prostituição e tráfico de mulheres. É, necessário: a) A educação para os direitos humanos e para uma nova visão dos papéis dos homens e das mulheres na nossa sociedade; b) A melhoria da situação das mulheres no mundo do trabalho; c) O incentivo à participação das mulheres na vida pública e política, como meio privilegiado de defesa dos seus interesses, aspirações e direitos; d) A efetiva partilha de responsabilidades familiares e profissionais entre mulheres e homens e a criação de infraestruturas de apoio a esta dupla responsabilidade. O dia 8 de Março não é um dia qualquer. Permanece, mais do que nunca, como um dia de afirmação do valor da luta das mulheres e da sua unidade pela emancipação. Um dia para afirmar as aspirações e os sonhos das mulheres. A igualdade na vida é o direito ao trabalho com direitos, condição de igualdade e de emancipação das mulheres; o direito de todas as mulheres à Saúde; o direito aos serviços públicos e às funções sociais do Estado; o direito a uma vida sem violências. A Assembleia Municipal de Guimarães, reunida a 11 de fevereiro de 2022, delibera: 1 - Saudar a comemoração do aniversário do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 2 - Saudar todas as mulheres portuguesas, e, em particular, as mulheres do concelho de Guimarães que têm nos mais variados domínios, dado o seu contributo na luta pela erradicação de todas as formas de desigualdade; 3 - Apelar a todas as mulheres para que, com determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.” -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por unanimidade. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, proferiu o seguinte: “O CDS votou a favoravelmente esta moção, porque



concorda com a sua propositura. Contudo, o CDS entende que a significação do papel da mulher vê-se com a presença mais ativa das mulheres em cargos de saúde, investigação, educação, política, economia, etc., etc. A verdade é que, passados seis anos de governação socialista, com apoio parlamentar da CDU, não se viu evolução do papel da mulher na sociedade, como demonstra o facto de estarmos aqui a votar esta moção.”-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com a abstenção de Ana Paula Cardoso Lemos Damião, do Grupo Parlamentar do PSD. -----

Pelas zero horas e quarenta minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **ENCERRADA A SESSÃO**. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -